



Prefeitura Municipal  
Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

Fis. n.º 2		CAMARA MUNICIPAL	
Proc. 156/89		MOCOCA	
de P. M. Mococa		MOCOCA	
Numero	Data	Rubrica	
1292	21/9/89	<i>[Signature]</i>	

MOCOCA, 20 de setembro de 1989.

Of. nº 1095/89

Senhor Presidente,

**DESPACHO**  
A(s) Com(s) *[Signature]*  
*[Signature]*  
S. Sess. 29/09/1989  
**Presidente**

Encaminhamos o anexo Projeto de Lei, pa

ra apreciação dessa Douta Câmara.

Todos nós sabemos que o ensino público passa por uma fase difícil, que está envolvendo não só os docentes e especialistas de educação, mas, principalmente, o objetivo maior da educação: os alunos.

Está mais do que na hora de reverter esse quadro e elevar, urgentemente, a qualidade do nosso ensino.

Para tanto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo traçou uma estratégia que foge a todas aquelas soluções convencionais: a Municipalização do Ensino.

Esse programa visa à melhoria da qualidade do ensino por meio da revitalização do papel da escola como centro cultural da Comunidade, da desburocratização da administração e da colaboração entre os poderes públicos e as forças atuantes da Comunidade.

O local privilegiado para isso é, obviamente, o Município, pois é onde está a escola e os problemas são concretamente vividos.

Quando cada Comunidade passa a exercer sua autonomia, as soluções podem ser mais ágeis, existe maior economia de recursos reduz-se o excesso de burocracia e as prioridades são decididas democraticamente.

Com a Municipalização do Ensino, vai ser possível priorizar as necessidades específicas de cada escola, que poderá contar com instrumentos que propiciem aos docentes um melhor desempenho na sua ação pedagógica.

Por outro lado, o Estado continuará garantindo aos funcionários e servidores do seu quadro do magistério os direitos já adquiridos.

Afinal, a melhoria da Educação Básica



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº.

REFERENCIA:- PROJETO DE LEI Nº. 80/89

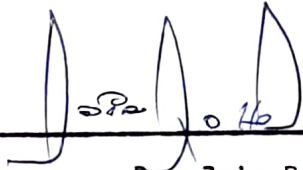
INTERESSADO:- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

RELATOR:- DR. JAIR ROTTA

ASSUNTO:- Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do programa de Municipalização do Ensino.


Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo - acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1989.

  
Dr. Jair Rotta

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1989.

  
Dr. Walter de Souza Xavier

  
Dr. Tadeu Rezende

Fls. n.º 7  
Proc. 756/89

PROCESSO Nº. 756/89

PROJETO DE LEI Nº. 80/89

Recebimento para estudo  
parecer em 04/X/1989  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24/X/1989  
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Mococa  
PRESIDENTE  
Comissão de

Recebimento para estudo  
parecer em 04/X/1989  
com o prazo de 7 dias vencível em 12/X/89  
Sala das Comissões em  
PRESIDENTE

Recebimento para estudo  
parecer em 04/X/1989  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24/X/1989  
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Mococa  
PRESIDENTE  
Comissão de

PROJETO RELACIONADO A PRECATORIO Nº. 80/89  
INTO FICO COELHO  
com prazo de 7 dias vencível em 12/X/89  
Sala das Comissões em  
PRESIDENTE

Recebimento para estudo  
parecer em 04/X/1989  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24/X/1989  
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Mococa  
PRESIDENTE  
Comissão de

Recebimento para estudo  
parecer em 04/X/1989  
com o prazo de 7 dias vencível em 24/X/89  
Sala das Comissões em  
PRESIDENTE

APPROVADO  
Em Sessão de 24 de 10 de 1989

APPROVADO  
Em Sessão de 31 de 10 de 1989



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO PREFEITO

Fls. n.º 6  
Proc. 156 189 60

fls. 02

PROJETO DE LEI Nº DE DE 1989.

- 5- Um representante dos Professores, eleito por seus pares;  
6- Um secretário de Escola, eleito pelos funcionários da Escola;  
7- Um representante dos Pais de Alunos, eleito pelas APMS.

*Ex. 156*  
+

II - Representação variável, que será indicada pela livre escolha do Senhor Prefeito, e terá (quatro) membros.

Art. 4º - A Comissão de Educação do Município elaborará o seu Regimento Interno, regulamentando suas atividades.

Art. 5º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo primeiro.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 20 DE SETEMBRO DE 1989.

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA  
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO PREFEITO

Fls. n.º 5

Proc. 156.000

PROJETO DE LEI Nº 80 DE 21 DE 9 DE 1989.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do Programa de Municipalização do Ensino.

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, aprovou em Sessão de ..... e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, objetivando a execução do Programa de Municipalização do Ensino, envolvendo as áreas de: construções, reformas, ampliações, conservação e manutenção de prédios escolares, merenda, material de apoio às atividades didáticas, aperfeiçoamento de pessoal, apoio a eventos escolares, transporte escolar, integração do currículo à realidade da escola, assistência ao aluno, e outras.

Art. 2º - Para coordenar o Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fica criado, no âmbito municipal, a Comissão de Educação do Município, sob a presidência do Diretor de Educação.

Art. 3º - A constituição da Comissão de Educação do Município obedecerá à pluralidade de representação, de acordo com o seguinte critério:

I - Representação Institucional:

- 1-Diretor de Educação e Cultura do Município;
- 2-Um representante da Câmara Municipal, eleito por seus pares;
- 3-Um representante da Secretaria da Educação do Estado, indicado pelo Delegado de Ensino na região;
- 4-Um representante dos Diretores de Escola, eleito por seus pares;



Prefeitura Municipal de  
Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito  
|||

Fls. n.º 4  
Proc. 15689

fls. 03

MOCOCA, 20 de setembro de 1989.

Of. nº 1095/89

entação e coordenação normativa, pedagógica e administrativa.

**Municipalização em sincronia com a desburocratização**

O Programa de Municipalização visa à racionalização dos procedimentos, agilizando todo o processo educacional.

Com isso, recursos atualmente utilizados, na atividade burocrática, serão liberados e, gradativamente, aplicados na sala de aula.

**Convênios**

Os convênios assinados entre a Secretaria da Educação e o Município incluirão: construções escolares, manutenção dos prédios escolares, merenda, material didático, aperfeiçoamento de pessoal, apoio a eventos escolares, transporte escolar, integração do currículo à realidade da escola e assistência ao aluno.

Reiterando a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço, firmamo-nos

Atenciosamente

FRANCISCO GUERRA  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

DR. JOAO BATISTA ROTTA

DD. Presidente da Câmara Municipal de  
MOCOCA-SP

DESPACHO  
Para o Expediente da  
Próxima Sessão

CM em 21/9/89

Presidente



*Prefeitura Municipal de  
Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito*

Fls. nº 8  
Proc. 156/89

fls. 22

MOCOCA, 20 de setembro de 1989.

Of. nº 1095/89

começa, realmente, nas escolas e nas salas de aula.

Os principais pontos de atuação do programa de Municipalização do ensino são:

**Direitos e Vantagens**

Estão assegurados e resguardados todos os direitos conquistados, previstos na legislação atual do estatuto do magistério, tanto para os atuais, como para os futuros profissionais da Rede Estadual de Ensino.

É preciso ressaltar que o vínculo funcional continuará sendo com o Estado.

**Aperfeiçoamento dos Docentes e Especialistas**

Contando com a participação das universidades e instituições de ensino superior altamente qualificadas, serão oferecidos cursos de aperfeiçoamento para os professores.

Serão adotadas medidas que estimulem o aperfeiçoamento nos diversos estágios da carreira.

**Liberdade do Trabalho Docente**

A liberdade didático-pedagógico-científica será garantida pela Secretaria de Educação do Estado.

**Educação Universal**

Toda criança tem direito ao acesso a um conjunto de conhecimentos universais.

Esse direito será assegurado por meio do cumprimento integral e cíclico comum do currículo.

**A escola como elemento de ligação com o real**

Em caráter suplementar, serão abertos espaços para a adequação curricular à realidade concreta do aluno.

**Comissão de Educação do Município**

Essa comissão amplia o espaço de participação da comunidade na vida escolar local.

O Estado continua responsável pela orientação normativa, pedagógica e administrativa

A Secretaria da Educação do Estado continuará responsável pela cri



*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

AUTÓGRAFO Nº. 78 /89

Projeto de Lei nº.80/89

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar 'Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do Programa de Municipalização do Ensino'."

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, objetivando a execução do Programa de Municipalização do Ensino, envolvendo as áreas de: construções, reformas, ampliações, conservação e manutenção de prédios escolares, merenda, material de apoio às atividades didáticas, aperfeiçoamento de pessoal, apoio a eventos escolares, transporte 'escolar, integração do currículo à realidade da escola, assistência ao aluno, e outras.

§ 1º - O Convênio a ser elaborado com o Governo do Estado, terá a duração de 2(dois) anos, a partir da data de sua assinatura.

§ 2º - Com a anuência do Conselho Municipal de Educação o convênio poderá:

- 1- ser prorrogado até o limite de mais 2(dois)anos;
- 2- ser alterado ou reformulado mediante termos adi-  
tivos;
- 3- desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo  
consentimento dos Partícipes, ou denúncia de qualquer deles, com  
antecedência mínima de 90(noventa)dias.

Art. 2º - Para coordenar o Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fica criado, no âmbito municipal, a Comissão de Educação do Município, sob a presidência do Diretor de Educação.

Art. 3º - A constituição da Comissão de Educação do Município obedecerá à pluralidade de representação, de acordo 'com o seguinte critério:

*[Handwritten signatures]*





*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

Fls. n.º 18  
Proc. 456/89

Mococa, 06 de Novembro de 1.989.

Ref.Of.449/89-CM

Senhor Prefeito:

Estamos passando às mãos de Vossa Excelência, para as providências cabíveis, o expediente abaixo relacionado e aprovado em Sessão Extraordinária desta Casa, realizada no dia 31 de outubro do corrente ano.

AUTOGRAFO Nº.75/89 - Projeto de lei nº.68/89

AUTOGRAFO Nº.76/89 - Substitutivo ao Projeto de lei nº.75/89.

AUTOGRAFO Nº.77/89 - Projeto de lei nº.79/89

AUTOGRAFO Nº.78/89 - Projeto de lei nº.80/89  
(Aprovado com Emenda)

AUTOGRAFO Nº.80/89 - Projeto de lei nº.86/89

AUTOGRAFO Nº.81/89 - Projeto de lei nº.89/89

Renovando efusivamente os nossos protestos de apreço e grande consideração.

Atenciosamente

Dr. João Batista Rotta  
Presidente

Exmo. Sr.

DR. FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

DD. Prefeito Municipal de

MOCOCA

local, estes segmentos, a serem representados, serão indicados pelos componentes da representação fixa institucional da Comissão de Educação do Município.

**Parágrafo Primeiro** — No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura deste Convênio, o Município deverá tomar as providências para criar, constituir e instalar a Comissão de Educação do Município.

**Parágrafo Segundo** — A Comissão de Educação do Município elaborará o seu Regimento Interno, que regulará as suas atividades.

**Parágrafo Terceiro** — A Comissão de Educação do Município deverá elaborar trimestralmente o relatório de suas atividades, o qual deverá dar especial atenção aos aspectos da avaliação dos resultados obtidos e eventuais problemas na execução deste Convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### Dos Recursos Orçamentários-Financeiros

Para execução do presente convênio o Estado destinará recursos no valor de NC\$ 1.000.000,00 e as despesas oneradas as classificações econômicas, funcionais e programáticas vinculadas à Unidade de Despesa.

Os recursos do Município no valor de NC\$ 1.000.000,00 onerados no orçamento da Prefeitura Municipal.

**Parágrafo único** — Os recursos de que trata esta cláusula serão discriminados nos termos aditivos previstos no § 1.º do artigo 3.º do Decreto n.º 30.375, de 13 de setembro de 1989.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### Do Critério de Reajuste

Ocorrendo necessidade de reajuste e havendo disponibilidade financeira, a Secretaria e o Município se obrigam a reajustar o valor do Convênio, com base na legislação vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### Da Prestação de Contas

A prestação de contas de recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado. No caso de aplicação indevida da verba consignada pela Secretaria, será exigida sua devolução, acrescida de juros e correção monetária.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### Da Vigência

O presente convênio terá a duração de 2 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de igual período.

#### CLÁUSULA NONA

##### Da denúncia, Rescisão ou Resolução

1. O Convênio poderá ser desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denúncia de qualquer deles, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

2. O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional, respondendo pelas perdas e danos o partícipe que lhes der causa.

3. O Secretário da Educação e o Prefeito Municipal são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### Das Alterações

O presente convênio poderá ser reformulado ou alterado mediante termos aditivos, tendo em vista a conveniência e interesse dos Partícipes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### Dos Casos Omissos

Os casos omissos que surgirem na vigência deste acordo serão solucionados por consenso dos convenientes, por meio de assinatura de instrumento específico.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### Do Foro

Fica eleito o Foro, da Capital do Estado para dirimir todas as questões resultantes da execução deste Convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo,  
Secretário da Educação  
Prefeito Municipal

Testemunhas

1 —

2 —

#### PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

##### Exposição de Motivos

##### 1 — Introdução

A existência de uma crise na educação, e particularmente no sistema público de ensino, é fato inegável e reconhecido praticamente por todos os segmentos da sociedade. Há um consenso entre os responsáveis pela definição e estabelecimento de políticas públicas que existe na educação, desde longa data, uma distância relativamente grande entre o que se pro-

põe como ideal, necessário, e aquilo que efetivamente tem sido realizado para atender as necessidades e anseios de nossa sociedade. Essa crise da educação, reflexo e componente fundamental de uma crise generalizada que se estende a quase todos os setores sociais, atinge, através de seus efeitos negativos, como sua intensidade, as camadas menos favorecidas da população, isto é, justamente as pessoas que mais necessitam dos benefícios gerados pela educação para transformar a realidade de sua condição existencial concreta.

De fácil constatação através de seus efeitos particulares mais aparentes, como por exemplo, altas taxas de reprovação e evasão no sistema de ensino, elevados e persistentes índices de analfabetismo, essa crise tem sido compreendida também em suas causas, sobre as quais já existe considerável concórdia entre aqueles que, sob perspectivas diversas, se preocupam com os rumos atuais de nossa sociedade.

Mais ainda, essa concórdia quanto ao diagnóstico é acompanhada de um sentimento, também generalizado, de que essa situação precisa ser superada se pretendemos realmente dar passos decisivos em direção a uma sociedade mais democrática, na qual a igualdade de oportunidades não seja apenas um componente do discurso de seus membros, mas uma conquista efetiva, particularmente dos segmentos que de forma mais direta são atingidos pela crise. Todavia, essa concórdia não se faz presente no plano das propostas que têm sido apresentadas para encaminhar a superação dessa situação. Na maioria das vezes, as alternativas apresentadas tendem a considerar e trabalhar apenas com aspectos isolados e limitados da realidade social ou educacional e, por mais relevantes que possam ser, têm-se demonstrado insuficientes para reverter a situação em seus aspectos mais essenciais.

A proposta de municipalização do ensino, antes de mais nada, pretende se contrapor a essa tendência histórica da crise educacional por meio de uma abordagem globalizante e realmente participativa na área da educação. Tem um amplo objetivo principal que é a melhoria da qualidade da escola pública, se inspira e pressupõe uma nova perspectiva de política de administração para enfrentar os problemas educacionais, cujo núcleo é o esforço comum, cooperativo e solidário das três esferas da administração pública e da comunidade. O esforço da Secretaria da Educação do Estado, em sua atual gestão, será dirigido para concretizar efetivamente essas propostas.

## II — DIAGNÓSTICO

A expansão burocrática, com todas as suas consequências negativas sobre as instituições sociais, é um fato que atinge a administração pública. Entre estas, convém lembrar que a techno-burocracia desenvolve seus objetivos próprios, desviando as organizações de suas finalidades mais legítimas e específicas, criando mecanismos de resistências à mudança; principalmente quando percebe que seus interesses são ameaçados, ela age no sentido de se auto-reproduzir, aumentando, sem necessidade, o número de pessoas envolvidas, criando as condições para se auto-justificar e aumentar o seu poder.

Consequentemente, há uma multiplicação de órgãos e serviços que ocasiona uma lentidão no processo de tomada de decisão e na implementação das ações. A multiplicação de órgãos intermediários acaba por impedir que os problemas sejam resolvidos com a agilidade necessária em sua plenitude desejável. Isso acarreta desperdício de toda a natureza na área de recursos humanos, materiais e financeiros.

Em nosso caso, a complexidade e o gigantismo da estrutura burocrática da Secretaria da Educação fez com que, ao longo do tempo, o pessoal do ensino fosse obrigado a desenvolver, em grande parte, uma lealdade à burocracia ao invés de uma lealdade à criança, e gradativamente os liames com a sala de aula, com a escola e com a comunidade foram se enfraquecendo. A preocupação burocrática ocupou o espaço da reflexão e da prática pedagógica. O burocrata substituiu o educador. As atividades-meio foram valorizadas em detrimento das atividades-fim.

Ao nível local, a escola se desvinculou da comunidade, deixou de considerar as características e necessidades concretas de seus alunos e de seu meio social, voltou-se sobre si mesma e deixou de exercer seu papel de centro cultural da comunidade. Esta postura se agravou por acontecer justamente num momento de nossa história em que a população, premida por diferentes necessidades, transfere cada vez mais para a instituição escolar a responsabilidade pela educação de seus filhos.

Nesse contexto, a utilização racional e eficiente dos recursos financeiros na área da educação também fica seriamente comprometida. A vigência da prática administrativa e pesquisas de órgãos nacionais e internacionais, têm apontado um "custo de percurso" que onera as verbas públicas. Em nosso país, grande porcentagem dos recursos aplicados em políticas públicas, é consumida pelas estruturas intermediárias criadas pela máquina burocrática, gerando com isso um desperdício que não é possível continuar sendo alimentado. No caso da educação, os principais prejudicados por essa situação são a sala de aula, a escola e, em última instância, a qualidade do processo de educação de nossos alunos.

Nas atuais relações entre Estado e Município, pode-se também identificar alguns problemas que contribuem para a dispersão de recursos públicos, como por exemplo, a duplicidade de esforços sem integração no encaminhamento das soluções dos problemas educacionais e em especial, os escolares. É

bem verdade que, em muitos casos, tem havido uma relação harmônica entre as administrações municipais e as administrações das unidades escolares sediadas em determinados municípios. Em outros casos, nesta relação tem-se estabelecido uma colaboração no sentido de mão única, na qual as prefeituras têm dado imprescindível colaboração em várias áreas para a melhoria da escola estadual. Todavia, situações existem em que não tem ocorrido a reciprocidade de atitudes, posto que a administração estadual nem sempre responde aos apelos da comunidade feitos por intermédio das autoridades e dos dirigentes municipais.

Considere-se agora que, em consequência da reforma tributária e dos novos dispositivos da constituição estadual, as receitas dos estados e municípios tenderão a aumentar. Consequentemente, em razão da vinculação constitucional de recursos para área da educação, as dotações para fazer face aos encargos educacionais deverão ser aumentadas. Assim, há razões para otimizar quanto à real disponibilidade de recursos para aplicação no setor educacional. Ora, isto cria a necessidade para a administração de se organizar e, igualmente, de propor programas concretos para a eficiente utilização desses novos recursos, em benefício de toda a população.

Para a aplicação desses recursos podemos considerar duas alternativas básicas. A primeira, e mais simples, em grande parte, a manutenção do sistema atual, em que os recursos da esfera municipal e da esfera estadual são aplicados de forma independente, autônoma, não raras vezes de forma conflitante e dispersiva, numa mesma área geo-socio-econômica. Evidentemente, isto cria um sério problema de ineficiência na aplicação de recursos públicos escassos. A outra alternativa é a da conjugação de esforços, num trabalho cooperativo entre municípios e estado, no sentido de atacar os graves problemas da escola pública nos dias atuais.

Outra dimensão da crise da escola pública diz respeito à questão do nível da qualidade de formação de recursos humanos que atuam na área da educação. Em particular, deve ser lembrado que parte dos professores, que hoje atua em nossa rede escolar, é oriunda de um sistema de ensino superior que se expandiu rápida e desorganizadamente nos últimos anos. Este assunto tem sido debatido intensamente pelos educadores que se preocupam com o ensino brasileiro. É evidente, também, que o rebaixamento desse nível de ensino levou à formação de profissionais com insuficiente preparo. Este nível deficiente de informação conjugado com a complexidade crescente dos conhecimentos determinam a rápida obsolescência da formação anteriormente adquirida. Esta situação leva a pensar na urgente necessidade de intensificar programas de aperfeiçoamento e atualização do pessoal, tanto na área docente como na área administrativa.

Finalmente, identifica-se a necessidade de se recuperar o conceito de escola como um bem público, como uma necessidade social. Isto nos leva a considerar a ideia de que a escola, antes de mais nada, é pública, independentemente de sua vinculação à esfera federal, estadual ou municipal; deve ser considerado também, que a escola é pública porque atende a uma comunidade que, em última análise, é seu maior sustentáculo e sua maior beneficiária. Esta perspectiva nos leva a considerar a necessidade de um comportamento solidário. As três esferas de governo na administração da escola pública, bem como a importância da ativa participação dos membros da comunidade nesta importante tarefa. Esta dimensão de uma cooperação global deve ter como objetivo básico a melhoria da qualidade do ensino público.

## III — Programa de Municipalização do Ensino

Como observamos anteriormente, só o esforço cooperativo e solidário do governo e comunidade pode levar à superação dos graves problemas que afligem a escola pública e que se manifestam de diferentes formas. Este esforço cooperativo tem um local privilegiado para se concretizar, que é o Município, pois é nele que as pessoas tem a sua realidade existencial, sentem os problemas e podem tomar medidas rápidas que independem dos longos caminhos inerentes ao gigantismo da estrutura burocrática, como atualmente se verifica na Secretaria da Educação do Estado. Hoje, tem-se a convicção de que medidas isoladas e convencionais na administração não têm o poder de reverter a situação e conseguir dinamizar o processo de tomada de decisão, de modo a melhorar significativamente as condições de funcionamento das unidades escolares e, consequentemente, elevar o nível da qualidade do ensino.

É este um dos fundamentos do programa de municipalização do ensino, ora proposto pelo Governo do Estado e conduzido pela Secretaria de Educação do Estado.

Seu objetivo básico é a melhoria da qualidade do ensino, que deverá se concretizar por meio de ações integradas, cooperativas e solidárias das três esferas da administração pública e da conjugação de esforços da comunidade.

A Municipalização do Ensino não é uma proposta recente. Ao contrário, há décadas ela está presente no pensamento pedagógico brasileiro; constata-se um acervo considerável de reflexões tanto no passado como no presente sobre o assunto, que conjugadas com ações descentralizadoras recentemente ocorridas, fornecem subsídios importantes para embasar o programa ora proposto.

Esta perspectiva histórica em nenhum momento negou a necessidade de que o aluno tenha acesso a um sólido conjunto de conhecimentos universais, que lhe garanta uma compreen-

## Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

#### ASSINATURAS

Telefone 291-3344 — ramais 221 e 239

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Assinatura com entrega domiciliar (só para SP-Capital) ..... Semestral NC\$ 175,00

Assinatura com entrega via Correio ..... Semestral NC\$ 149,90

#### FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Assinatura com entrega domiciliar (só para SP-Capital) ..... Semestral NC\$ 155,00

Assinatura com entrega via Correio ..... Semestral NC\$ 129,90

A Imprensa Oficial do Estado não mantém agentes coletores de assinaturas

#### VENDA AVULSA

Exemplar do dia ..... NC\$ 1,60 Exemplar atrasado ..... NC\$ 2,50

#### AGÊNCIAS

CAPITAL — MARIA ANTONIA — Rua Maria Antonia, 294 — Fone 256-7232 — REPÚBLICA — Estação República do Metrô — Loja 516 — Fone 257-5915 — SÃO BENTO — Estação São Bento do Metrô — Loja 17 — Fone 229-6316

POSTOS DE VENDA NO INTERIOR — ARACATUBA — Rua Antonio João, 130 — Fone (016) 23-6882 — RANAL 22 — GUARA- TINGUETA — Rua Frei Lucas, 80 — Fone (012) 22-0204 — MARLIA — Av. Rio Branco, 903 — Fone (014) 33-5163 — PRESIDENTE PRUDENTE — Av. Manoel Godard, 2109 — Fone (018) 22-1622 — RIBEIRÃO PRETO — Av. 9 de Julho, 378 — Fone (016) 625-2245 — RANAL 31 — SÃO JOSÉ DO RIO PRETO — Rua General Godard, 3947 — Fone (017) 33-9277 — RANAL 146 — SAN- TOS — Rua 7 de Setembro, 71 — Fone (013) 32-6515 — RANAL 42

## IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

#### DIRETOR SUPERINTENDENTE

ANTÔNIO ANASTASI

#### Diretores Executivos

Artes Gráficas: Alcir Florentino dos Santos

Financeiro e Administrativo: José Engenheiro de Oliveira

Jornal: Luiz Carlos dos Santos

SEDE E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Mooca, 1921 — CEP 03043 — São Paulo

Telefone 291-3344(PABX) — Telex (011) 63090

#### EXECUTIVO — SEÇÃO I

Journalista Responsável  
Dilson Mezzarita Costa

#### REDAÇÃO

Rua João Antonio de Oliveira, 152 — CEP 03103 — São Paulo

Telefones: 93-0484 e 291-3344 — Telex (011) 63090

Recebimento de originais das repartições até 19 horas



JOSE TOMPO CORRADI  
Rua, Esq. da Av. da Paz, 264  
Cidade, 14120 - MOG. (1412)

132313730  
EPPSG OSCAR VILLARES  
PCA JOSE QUINTINO PEREIRA 147  
13730 MOCOCA  
EXEC01  
SP

PORTE PAGO  
ECT - DI/SP  
UNIDADE: Cidade de São Paulo  
ISRA - 40 - 2051/81

# Diário Oficial

## ESTADO DE SÃO PAULO

v. 99 n. 172 São Paulo quinta-feira, 14 de setembro de 1989

### PODER EXECUTIVO

#### DECRETOS

##### DECRETO N.º 30.375, DE 13 DE SETEMBRO DE 1989

Institui o Programa de Municipalização do Ensino Oficial no Estado de São Paulo

ORLESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em face de Exposição de Motivos do Secretário da Educação,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino;

Considerando que os problemas vividos pelo sistema oficial de educação do Estado devem ser enfrentados pela ação solidária e cooperativa das três esferas da Administração Pública;

Considerando que é no Município que os cidadãos vivem e os seus reais problemas e, portanto, é nesse espaço que o Poder Público e a comunidade podem melhor equacioná-los e resolvê-los;

Considerando que é compromissos fundamental do Governo do Estado assumir sua parcela de responsabilidade pela expansão e melhoria do ensino;

Considerando que o Estado deve participar do esforço cooperativo para criar condições reais para melhorar o acesso, a permanência e a progressão, com aproveitamento, do aluno na escola;

Considerando que a ação integrada Estado-Prefeitura-Comunidade poderá melhorar, significativamente, a aplicação dos seus recursos na escola pública, em razão da maior agilidade na identificação dos problemas, proposição de soluções e tomada de decisão ao nível local;

Considerando que esta proposta alternativa de política de administração educacional, a municipalização, contribuirá progressivamente, para a simplificação do processo decisório do sistema de ensino e

Considerando que é necessário criar mecanismos que facilitem a participação da comunidade no encaminhamento das soluções das questões do ensino;

#### Decreto:

Artigo 1.º — Fica instituído o Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, com o objetivo de contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

#### AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 14 de setembro — Quinta-feira

- 10h: Reunião das obras da estação de tratamento de esgotos na ABC — Av. Almirante Balmaceda, 3.000 — Divisa — São Paulo — São Carlos do Sul.
- 15h: Secretaria da Segurança Pública, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho.
- 16h: Reunião com o Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, e Reitores Dr. José Goldenberg, do USP, Dr. Paulo Renato da Costa Souza, da Unicamp, e Dr. Paulo Milton Barbosa Landim, da Unesp.
- 18h30: Secretário da Administração, Dr. Alberto Goldman.

#### Seção I

Esta edição de 64 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

#### Secretarias

Secretarias do Governo	11	Meio Ambiente	23
Economia e Planejamento	11	Defesa do Consumidor	23
Justiça	11		
Promosção Social	11		
Segurança Pública	12	Universidade de São Paulo	24
Fazenda	13	Universidade	24
Agricultura e Abastecimento	13	Estadual de Campinas	25
Educação	14	Universidade Estadual Paulista	25
Saúde	19		
Energia e Saneamento	20	Ministério Público	26
Transportes	21	Tribunal de Contas	26
Administração	21	Edições	31
		Concursos	33
Ciência Tecnologia e		Assembleia Legislativa	51
Desenvolvimento Econômico	22	Diário dos Municípios	54
Esportes e Turismo	22	Boletim Federal	56
Habituação e			
Desenvolvimento Urbano	22	Ministérios e Órgãos Federais	64

Artigo 2.º — O "Programa" será desenvolvido pela ação integrada e cooperativa do Governo do Estado com as Prefeituras, em regime de trabalho solidário no emprego de recursos para a melhoria da escola pública.

Artigo 3.º — O Secretário da Educação fica autorizado a celebrar convênios, nos termos do modelo anexo, com os Municípios que, voluntariamente, aderirem ao Programa instituído por este decreto.

§ 1.º — A Secretaria da Educação do Estado, a partir das ações previstas no Convênio-Único, poderá instituir Termos Aditivos, nos quais serão contempladas ações em áreas específicas de atuação.

§ 2.º — A Secretaria da Educação e o Município poderão promover modificações nos convênios anteriormente celebrados para adaptá-los à nova sistemática.

Artigo 4.º — Compete ao Prefeito, com a colaboração da Comissão de Educação do Município, a coordenação de todas as atividades referentes ao suprimento das condições materiais e operacionais necessárias para o funcionamento das escolas sediadas no Município.

Artigo 5.º — Fica a Secretaria da Educação autorizada a celebrar convênios com os Municípios para a construção, reformas, ampliação, conservação e manutenção dos prédios escolares do Estado, diretamente ou por meio de seus órgãos vinculados, desde que estejam previstas e aprovadas no Programa de Municipalização Oficial do Estado.

Parágrafo único — Os projetos referentes às obras deverão ser fornecidos pela Secretaria da Educação ou elaborados pelas Prefeituras Municipais de acordo com as normas pedagógicas vigentes e sob a orientação da Secretaria.

Artigo 6.º — A Secretaria da Educação, na execução do "Programa", poderá, sempre que conveniente, desenvolver ações integradas com as outras Secretarias de Estado e com órgãos federais.

Artigo 7.º — No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação, o Secretário da Educação baixará normas complementares para a execução deste decreto.

Artigo 8.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de setembro de 1989.

ORESTES QUÉRCIA

Wagner Gonçalves Rossi, Secretário da Educação

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo.

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 13 de setembro de 1989.

Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e o Município de objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Municipalização do Ensino Oficial no Estado de São Paulo. (Processo

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada pelo seu titular, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto n.º 30.375, de 13 de setembro de 1989, e o Município de, doravante denominado "Município", representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º, de 1989, têm entre si justo e acertado celebrar o presente convênio com as cláusulas que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Do Objeto

O presente convênio tem por objetivo a conjugação de esforços no sentido de implantar e desenvolver o Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado com vista à melhoria do ensino das escolas públicas, criando melhores condições para o acesso, a permanência e a progressão do aluno na escola.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### Das Áreas de Atuação

As áreas de atuação do convênio são as seguintes: a. construções escolares; b. reformas e ampliações; c. manutenção de próprios escolares; d. merenda; e. material de apoio didático; f. aperfeiçoamento de pessoal; g. apoio a eventos escolares; h. transporte escolar; i. integração do currículo à realidade da escola; j. assistência ao aluno.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### Das Obrigações dos Partícipes

- I. Obrigações comuns:
  - a) fazer cumprir o Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado, respeitando seus objetivos e suas particularidades;
  - b) proporcionar, reciprocamente, facilidades para:
  - 1) adequada implantação e desenvolvimento do "Programa";
  - 2) fluxo de dados e informações;
  - 3) apoio mútuo entre os partícipes na utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis;
  - 4) supervisão da implantação, execução e avaliação do "Programa" objeto deste convênio;
- II. Obrigações da Secretaria:

a) prestar orientação normativa nas áreas pedagógica e administrativa;

b) garantir pessoal necessário ao desenvolvimento das ações previstas no "Programa", assegurando sua remuneração e demais obrigações correlatas, de acordo com as disposições legais e regulamentares pertinentes;

c) destinar recursos financeiros para a execução deste convênio, segundo o cronograma de desembolso estabelecido nos adiantamentos específicos do Convênio Único;

d) colaborar com os Municípios nas áreas de construções, reformas, ampliações, conservação e manutenção de prédios escolares;

e) participar da assistência ao aluno quanto a merenda e ao transporte;

f) definir critérios, fixar programas e desenvolver processos de aperfeiçoamento de pessoal;

g) assegurar a existência de material de apoio às atividades didáticas e dar suporte aos eventos escolares;

h) reservar em seu orçamento, nos exercícios subsequentes, os recursos para atender aos compromissos decorrentes deste convênio;

i) acompanhar, avaliar e ajustar as atividades previstas neste convênio;

j) autorizar e assegurar meios para a integração do currículo à realidade da escola;

k) acompanhar o trabalho da Comissão de Educação do Município, participar de suas atividades, colaborar com o seu funcionamento, ouvir os seus pareceres e acompanhar as suas decisões.

III. Obrigações do Município:

- a) criar instrumentos legais e regulamentares, a nível municipal, que viabilizem a execução das cláusulas deste convênio;

b) elaborar projetos municipais compatíveis com as ações previstas no Programa de Municipalização do Ensino;

c) assegurar pessoal necessário ao desenvolvimento das ações previstas no "Programa" objeto deste convênio, observadas as disposições legais e regulamentares e respeitado o princípio de ação conjunta e cooperativa;

d) colaborar no processo de aperfeiçoamento do pessoal; e) assegurar assistência ao aluno quanto à merenda e ao transporte;

f) colaborar com o Estado nas áreas de construções, reformas, ampliações, conservação e manutenção de prédios escolares;

g) colaborar no processo de integração do currículo à realidade escolar;

h) tomar providências para a instalação, funcionamento e desenvolvimento das atividades da Comissão de Educação do Município, bem como participar ativamente de seus trabalhos e colaborar para seu desempenho eficiente;

i) aplicar com critério e rigor, no âmbito de suas atribuições aqui convencionadas, os recursos estaduais e municipais alocados para a execução deste convênio;

j) destinar recursos financeiros necessários à execução deste convênio, conforme o cronograma de desembolso estabelecido;

k) reservar em seus orçamentos, para os exercícios subsequentes, os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste convênio;

l) recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas até o final do exercício, destinadas pela Secretaria a este convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### Da Execução do Convênio

I — A execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da Secretaria e do Município no âmbito de suas respectivas competências e atribuições;

II — Cada partícipe se responsabilizará pela contratação que fizer, na forma da lei;

III — Caberá ao Município a administração financeira dos recursos que a Secretaria lhe destinar para a execução do convênio;

IV — Caberá ao Município as providências para a constituição da Comissão de Educação do Município, cujo âmbito de atuação compreenderá a identificação dos problemas, o estabelecimento de prioridades e as formas de implementação das propostas de solução para os problemas gerados pelas demandas da sociedade local;

V — A constituição da Comissão de Educação do Município obedecerá à orientação da pluralidade de Representação, de acordo com o seguinte critério: uma parte da representação institucional, pré-fixada, comum a todos os Municípios, e outra, de composição variável, emergente das forças atuantes da sociedade local. A primeira será assim constituída: o Prefeito Municipal e/ou o Dirigente Municipal da Educação, um representante dos Vereadores, eleito por seus pares; um representante da Secretaria da Educação do Estado, que será o Delegado de Ensino, no caso do Município ser a sede da Delegacia de Ensino, ou um Supervisor de Ensino por ele indicado nos demais casos; um representante dos Diretores de Escola, eleito por seus pares; um representante dos Professores, eleito por seus pares; um Secretário de Escola, eleito pelos funcionários da Escola, um representante dos Pais, eleito pelas APMs. A segunda, de composição variável, terá um mínimo de três e o máximo de cinco representantes de segmentos atuantes da

Fls. 119  
Proc. 456.891  
João Tinório Coltrani  
Rua Francisco Soares de Sousa, 249  
Cidade de São Paulo - SP

são do mundo e uma visão crítica da realidade; esta posição também orientará a ação da atual administração da Secretaria da Educação do Estado.

De outra parte, há um consenso entre os educadores que o currículo deve abrir espaço para que o aluno vivencie a sua própria realidade, de modo que a escola possa estar integrada à vida real dos alunos, sem que isto signifique estreitar os horizontes do papel da escola.

Estas premissas também fundamentam o programa de municipalização do ensino ora proposto; em razão disso, a ação normativa do estado estará presente em todos os momentos do processo pedagógico, garantindo a unidade e o equilíbrio da estrutura curricular e, consequentemente, do processo de escolarização.

Nesta perspectiva de municipalização, o programa procurará revitalizar o papel da escola como centro cultural da comunidade, na condição de núcleo de irradiação de conhecimentos e de reflexão sobre a realidade, assim como um bem público colocado a serviço da comunidade.

Deve ser lembrado que neste programa o conceito de municipalização assume uma dimensão ampla, não se confundindo com o conceito de "preferencialização", ou seja, a simples transferência de obrigações e responsabilidades do Estado para a Prefeitura. Ao contrário, o conceito envolve a estreita relação da escola com a realidade em suas múltiplas dimensões e, em particular, com a comunidade na qual a mesma está situada. Para tanto, o programa prevê, como já foi dito, a colaboração recíproca entre Estado e Município, respeitadas as suas posições institucionais e a ativa participação dos cidadãos.

Ademais, o programa prevê a ampliação do espaço de liberdade da escola, assegurando a autonomia do trabalho docente e da escola para organizar as suas atividades; assim, observando as normas gerais que regem o sistema escolar, os educadores terão ampla liberdade de atuação.

Na perspectiva da administração de pessoal, o programa estabelece que ficam assegurados e resguardados todos os direitos dos Professores e Especialistas, conforme as disposições do Estatuto do Magistério; em particular, deve ser ressaltada a continuidade da relação funcional e empregatícia com o Estado. Da mesma forma, os novos Docentes e Especialistas a serem admitidos no funcionalismo público continuarão mantendo as suas relações funcionais com o Estado.

Quanto à operacionalização do programa deve ser lembrado que serão usados dois instrumentos fundamentais: a instituição das Comissões de Educação do Município e a celebração de convênios entre o Estado e os Municípios.

A Comissão de Educação do Município amplia o espaço de participação da comunidade nas questões relacionadas com a educação a nível local. Seu âmbito de atuação compreende a identificação dos problemas, o estabelecimento de prioridades e as formas de implementação das propostas de solução para os problemas gerados pelas demandas da sociedade local. Estas demandas deverão ser atendidas ao nível das escolas estaduais e das escolas municipais, e, quando for o caso, pelas respectivas administrações superiores.

Por outro lado, a posição privilegiada da Comissão de Educação do Município na observação dos problemas escolares locais propiciará condições para que seus pareceres venham a se constituir em preciosos elementos no processo de tomada de decisão dos administradores escolares.

A Constituição da Comissão de Educação do Município obedecerá à orientação da pluralidade de representação, de acordo com o seguinte critério: uma parte de representação institucional, pré-fixada, comum a todos os Municípios, e outra, de composição variável, emergente das forças atuantes da sociedade local. A primeira será assim constituída: o Prefeito e/ou Dirigente Municipal de Educação; um representante dos Vereadores; um representante da Secretaria de Educação do Estado, a saber, o Delegado de Ensino ou um Supervisor de Ensino por ele indicado; um representante dos Diretores de Escola eleito por seus pares; um representante dos Professores eleito por seus pares; um Secretário de Escola eleito pelos funcionários; um representante dos Pais eleito pelas APM's. A segunda, de composição variável, terá um mínimo de três e o máximo de cinco representantes de segmentos da sociedade local; nos limites estabelecidos, a representação institucional, pré-fixada, anteriormente citada, apontará os segmentos da sociedade local que farão parte da Comissão de Educação do Município.

Os convênios serão institucionalizados na seguinte conformidade: 1. haverá um Convênio Único, abrangente, que estabelecerá as áreas de atuação do Programa de Municipalização; 2. serão estabelecidos Termos de Aditamento específicos abrangendo de forma particular de cada uma das áreas de atuação; neste caberá o detalhamento do objeto, recursos, prazos, resultados, exigências bilaterais etc.;

As áreas de atuação cobertas pelos convênios serão estas: construções escolares, reformas e ampliações, manutenção de próprios escolares, merenda, material de apoio pedagógicos, aperfeiçoamento de pessoal, apoio a eventos escolares, integração do currículo à realidade da escola, assistência ao aluno, e outras.

#### IV — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como produto deste processo tenderão a ser liberados e melhor reaproveitados os recursos humanos, materiais e financeiros que poderão ser investidos diretamente na melhoria das condições de educação e ensino na escola e na sala de aula.

A Secretaria de Educação do Estado tomará todas as cautelas no desenvolvimento deste processo e se aplicará nesta direção com grande empenho.

Os quadros do ensino estão conscientes que os procedimentos administrativos necessitam ser reexaminados e reformulados. Isto feito, professores e especialistas em educação poderão dedicar, com maior disponibilidade de tempo, sua competência e energia às atividades pedagógicas, libertando-se assim das amarras burocráticas que prejudicam o desenvolvimento de suas atividades específicas.

O processo de municipalização que ora se inicia terá por base a livre adesão dos Municípios. Como programa, pelo menos em seu primeiro momento, não atingirá a totalidade dos Municípios, coexistirão as escolas diretamente ligadas ao processo de municipalização e aquelas que continuarão vinculadas à forma convencional de administração. O estímulo à municipalização é um esforço adicional que se fará concomitantemente com um esforço generalizado em direção à melhoria geral das condições da escola e do ensino público.

Na implantação do programa o diálogo será fundamental. Sem preconceitos, a Secretaria de Educação procurará ou-

vir todos os setores direta ou indiretamente interessados na melhoria da escola pública. Nesse sentido se faz um chamado geral a todos os profissionais do ensino, prefeitos e dirigentes municipais, pais de alunos e todas as demais forças atuantes na comunidade.

Não se parte de um modelo pré-concebido para ser imposto mas, muito pelo contrário, pretende-se assegurar ao programa as características de um processo essencialmente democrático e dinâmico que ao se "fazer refazendo" assegure o êxito de todo esforço despendido na direção da melhoria da escola pública. Desta maneira, resguardar-se-á a especificidade de cada unidade escolar e de cada município; haverá uma preocupação maior com o processo e com as condições para que ele se desenvolva do que com a criação de padrões ou modelos rígidos. A unidade dentro da pluralidade das ações será uma constante no desenvolvimento do programa.



# Municipalização do ensino já começou



No último dia 14, o Secretário Estadual da Educação, Wagner Rossi, assinou um decreto criando o projeto de municipalização do ensino. O objetivo deste projeto é descentralizar o ensino público no Estado fazendo com que as ações concretas executivas fiquem por conta do município, através de recursos fornecidos pelo Estado. "Não significa prefeiturizar", salienta Rossi.

Até o momento, cerca de uma centena de municípios, dos 572 do Estado de São Paulo aderiram ao novo programa. Entretanto, muitos não concordaram em participar dele por considerarem que o projeto é incompleto ou pouco ousado. A própria Apeoesp — Associação dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo posicionou-se contrária à medida. O secretário Wagner Rossi concedeu esta entrevista ao **Informe dos Municípios**, comentando a municipalização do ensino.

*Assinatura*

3 12  
O convenio a ser celebrado com o Governo do Estado, terá a duração de 2 anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de igual período, ~~X~~ouvido antes o Conselho Municipal de Educação.

O convenio só poderá ser alterado ou reformulado mediante termos aditivos, com a aprovação do Conselho Municipal de Educação,

3 2 0  
1

Com a <sup>ANUÊNCIA</sup> aprovação do Conselho Municipal de Educação o convenio poderá:

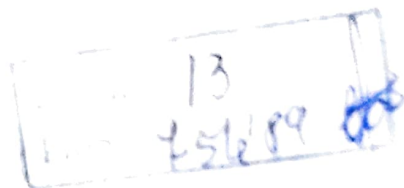
- 1-ser prorrogado até o limite de mais 2 anos
- 2-ser alterado ou reformulado mediante termos aditivos
- 3-desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denuncia de qualquer deles, com antecedencia minima de 90 dias.

*Assinatura* - at. max. (2 an) - *Assinatura*

II - Representação variável, que terá 4 representantes de segmentos atuantes da sociedade local; estes segmentos, a serem representados, serão apontados pelos componentes da representação Institucional da Comissão ~~MONTA~~XXXXXX de Educação do Município.

Emenda substitutiva ao Art.3 - II do projeto lei 80

Pompeo



Número	Data	Assinatura
1146	1/9/89	<i>[Assinatura]</i>



São Paulo, 23 de agosto de 1989.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Devido as declarações do Sr. Wagner Rossi - Secretário de Estado dos Negócios da Educação - a respeito da municipalização da rede estadual de ensino, a APEOESP - Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Sindicato Estadual) retoma a Campanha Diga Não à Municipalização.

É pública a situação difícil dos municípios com os serviços da rede estadual já municipalizados: merenda, transporte, de água, contratação de funcionários. O repasse de verbas tem se mostrado insuficiente acarretando grande ônus financeiro aos municípios. Na verdade, a desmunicipalização tem se reduzido apenas ao repasse de verbas.

Do nosso ponto de vista municipalizar a educação pública trata-se de Educação como uma obrigação conjunta Estado e Município. Não é uma forma de jogar para o município a responsabilidade total com o ensino escolar, com erradicação do analfabetismo e o ensino fundamental.

A APEOESP propõe que as cidades organizem debates amplos com toda a sociedade, onde seja colocada e discutida a real situação econômica do município e as implicações decorrentes da implantação do projeto.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para discussão do projeto bem como para organização de debates.

Na certeza de contarmos com o apoio de todos nesta luta em Defesa da Escola Pública.

Atenciosamente

JOÃO ANTONIO FELICIO  
(Presidente APEOESP)

Para o representante da  
Associação

M em

Senhores  
Em

CIEP

E em nome  
Sala

ENCARREGADOS

*[Assinatura]*

Presidência da Câmara Municipal de São Paulo

*[Assinatura]*





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASS. SOCIAL

PARECER Nº.

REFERENCIA:-

INTERESSADO:-

RELATOR:-

ASSUNTO:-

PROJETO DE LEI Nº. 80/89

PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do programa de Municipalização do Ensino.

Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo - acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1989.

Dr. Walter de Souza Xavier

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1989.

Neide Falarini

Prof. Reinaldo Ferracin



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº.  
REFERENCIA:- PROJETO DE LEI Nº. 80/89  
INTERESSADO:- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA  
RELATOR:- ILTO FRANCISCO COELHO  
ASSUNTO:- Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do programa de Municipalização do Ensino.

Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo - acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1989.

Ilto Francisco Coelho

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1989.

  
José Pompeo Corradi  
Italo Maziero



*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

Fls. n.º 20

Proc. 456 89

Fls.02

AUTÓGRAFO Nº. 78 / 89  
Projeto de Lei nº.80/89

I - Representação Institucional:

- 1- Diretor de Educação e Cultura do Município;
- 2- Um representante da Câmara Municipal, eleito por seus pares;
- 3- Um representante da Secretaria de Educação do Estado, indicado pelo Delegado de Ensino na região;
- 4- Um representante dos Diretor de Escola, eleito por seus pares;
- 5- Um representante dos Professores, eleito por seus pares;
- 6- Um Secretário de Escola, eleito pelos funcionários da Escola;
- 7- Um representante dos Pais de Alunos, eleito pelas APMS.

II - Representação variável, que terá 4(quatro) representantes de segmentos atuantes da sociedade local; estes segmentos, a serem representados, serão apontados pelos componentes da representação Institucional da Comissão de Educação do Município.

Art. 4º - A Comissão de Educação do Município elaborará o seu Regimento Interno, regulamentando suas atividades.

Art. 5º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo primeiro.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 03 DE NOVEMBRO de 1989

DR. JOÃO BATISTA ROTTA  
Presidente

NELSON ALVES  
Secretário.

Walter J. Jorge